



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14737 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

ENSINO MÉDIO INTEGRADO, AÇÕES AFIRMATIVAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

Marcilene Dias Bruno de Almeida - UFG - Universidade Federal de Goiás

João Ferreira de Oliveira - UFG - Universidade Federal de Goiás

ENSINO MÉDIO INTEGRADO, AÇÕES AFIRMATIVAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS

INTRODUÇÃO

O estudo buscou respostas para a seguinte questão: no contexto das desigualdades sociais e educacionais do mundo capitalista, a formação no Ensino Médio Integrado (EMI), convertida em capital cultural escolar, seria propulsora de expectativas e condições objetivas de continuidade nos estudos ao estudante ingresso por meio das ações afirmativas? O objetivo geral da pesquisa foi analisar em que medida o capital escolar constituído por meio da formação no EMI do Instituto Federal de Goiás (IFG) pode se configurar como chance e/ou motivação para a decisão dos estudantes “cotistas” e “não cotistas” em ingressar na Educação Superior (ES) pública no Brasil e dar prosseguimento aos seus estudos. Dentre os objetivos específicos do estudo, podemos destacar: a) examinar as concepções teóricas sobre a desigualdade social e escolar e a busca pela justiça social, tendo como foco a juventude da classe trabalhadora; b) analisar os princípios e oferta do EMI no contexto das desigualdades e da justiça social; c) verificar e discutir os alcances e resultados das ações afirmativas no EMI e da Educação Superior; d) identificar e analisar as percepções dos estudantes ingressos por ações afirmativas no EMI no IFG, tantos os que ainda estão em formação quanto os egressos, e suas perspectivas quanto à formação universitária.

Para alcançar os objetivos, realizamos uma pesquisa empírica, procurando desvelar as estruturas do espaço social e educacional do EMI do IFG e sua dialética com os *habitus* dos

agentes, estudantes que estão na experiência de formação, bem como daqueles que já concluíram e conquistaram o seu lugar na ES pública. Assim, o plano de investigação se estruturou a partir dos seguintes moldes: a) como método de investigação, de fundamentação e de análise, a sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu; b) quanto à estratégia, foi adotado o estudo de caso, tendo como *locus* o IFG; c) quanto à natureza dos procedimentos e instrumentos, foram, sobretudo, de base qualitativa; d) quanto às técnicas de pesquisa, utilizou-se questionário (estudantes do 1º e 3º ano) e grupo focal (egressos do EMI) (André, 2013). O projeto foi submetido e aprovado nos Comitês de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG), bem como do IFG.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir da triangulação entre dados empíricos, documentais e teorias que fundamentaram o estudo (Marcondes; Brisola; 2014), elencamos, a seguir, os principais achados de pesquisa.

1. O EMI da Rede Federal atende a parcela de estudantes da classe trabalhadora e busca assegurar justiça social quanto à redistribuição, ao reconhecimento e à participação (Fraser, 2008).

A análise dos dados da pesquisa empírica permitiu constatar que o IFG, por meio das políticas de reserva de vagas, tem buscado ampliar consideravelmente o atendimento da população-alvo, filhos das classes trabalhadoras, sendo a maioria de seus estudantes ingressos proveniente das classes subalternizadas, ou C e D, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As reservas de vagas para cor/raça e pessoas com deficiência estão contribuindo significativamente para o perfil diversificado do público na Rede, contudo, dentre as reservas garantidas, o ingresso das pessoas com deficiência (PcD) ainda é um desafio para a instituição. No quesito da redistribuição, o critério socioeconômico para a seleção dos estudantes que entram no IFG atende a essas condições (ampliação do número de vagas, reserva de vagas de acordo com critérios preestabelecidos), contudo, apesar do processo de expansão e interiorização, o número de vagas ainda é bastante reduzido. Pode-se afirmar que o viés do reconhecimento e da participação se faz presente quanto ao atendimento às questões de gênero, raça e deficiências nos processos de seleção, contudo, essa garantia ainda é incipiente nas ações institucionais permanentes para acompanhamento e efetividade na permanência dos estudantes que entram por esse sistema. A desigualdade social é grande na sociedade brasileira, e as oportunidades educacionais são ainda insuficientes para alterar significativamente esse panorama no país (Patto, 2015; Ramos, 2008)

2. Estudantes cujo núcleo familiar apresenta formação escolar mais elevada têm mais esperanças subjetivas e chances objetivas de continuar seus estudos, o que evidencia a força do capital escolar familiar na trajetória dos estudantes.

Para Bourdieu e Passeron (2014, 2018), quanto mais a família e a escola possuem princípios e sanções semelhantes, mais a ação pedagógica escolar apresenta-se com

possibilidades de êxito. As famílias dos estudantes do IFG são, em sua maioria, monoparentais, chefiadas pela mãe. O nível de escolaridade dos pais ou responsáveis reverbera em capital cultural para os filhos e influencia diretamente na permanência escolar e na continuidade dos estudos. Os estudantes cotistas do IFG são oriundos de um núcleo familiar com poucas pessoas que frequentaram o ES, principalmente se comparados com os estudantes não cotistas. Constituem, pois, um grupo cujo núcleo familiar possui capital econômico, social e cultural mais reduzido. Contudo, apresentou-se a evidência de que o incentivo da família constitui-se, para eles, como fator importante para ingresso na universidade, confirmando a teoria de que as famílias das classes mais inferiores compreendem que a educação configura-se num meio de mobilidade social e, apesar das condições adversas, criam estratégias para que seus filhos permaneçam na escola e avancem nos níveis de instrução.

3. O alto grau de instrução dos professores do IFG produz maior confiança e expectativa para a continuidade dos estudos.

Na pesquisa, a força simbólica da formação e das relações com os professores (Bourdieu; Saint-Martin, 2015), em alto nível de escolaridade, aparece como fator importante na decisão de continuar estudando, o que foi mais evidenciado pelos estudantes que já estão na vida universitária. De modo geral, os estudantes que ainda estão na formação, tanto ingressantes quanto concluintes, mostraram acreditar que o ingresso na ES pode ocorrer se houver o esforço individual, enquanto a força da formação escolar e das políticas públicas foram mais reconhecidas pelos estudantes que já haviam passado pelo processo de seleção e alcançado a vaga na ES.

4. A formação integrada proposta pelo EMI dos IFs constitui-se uma força para que os estudantes tenham chances de continuar seus estudos, contribuindo para amenizar as desigualdades anteriores em termos dos diferentes tipos de capital cultural.

Os estudantes cotistas universitários, egressos do EMI, identificaram com vigor os benefícios da formação obtida no IFG, tanto para ingresso na ES quanto para a construção do *habitus* universitário. Para eles, a ação pedagógica da instituição, currículo, interdisciplinaridade, formação docente, pesquisa, extensão, atividades culturais, estrutura física se aproximam do *ethos* universitário e contribuem de forma positiva para a adequação às regras do jogo na ES. As diretrizes do EMI quanto ao trabalho como princípio educativo e a pesquisa e extensão como princípios pedagógicos fundantes e fundamentais no processo de formação *omnilateral* (Moura, 2007) foram identificadas como relevantes pelos participantes.

5. Os estudantes que ingressaram pelas políticas de ação afirmativa no EMI do IFG têm mais expectativas e chances de prosseguir na carreira acadêmica usufruindo do mesmo sistema.

Apesar dos avanços com as ações afirmativas e da ampliação do número de vagas, o discurso da meritocracia presente nos sistemas de seleção para o ingresso na ES (Senkevics, 2021) foi reforçado pela visão dos estudantes. Os iniciantes no EMI apresentaram com mais

força esse entendimento. Os estudantes egressos que já se encontram na universidade mostraram compreender a forte elitização desse nível de educação, principalmente pelo reduzido número de vagas públicas e a larga oferta privada, sobretudo via Educação a Distância (EaD). Entretanto, como usuários dos programas de reserva de vagas para a entrada no EMI, apontaram uma maior confiabilidade nesse sistema para continuar estudando e afirmaram ser fator relevante para a escolha da formação superior em instituição pública.

CONCLUSÕES

Os elementos estudados nesta pesquisa, EMI, ações afirmativas e democratização do acesso à ES pública, especialmente por meio de cotas e atuação dos IFs, evidenciaram a importância de políticas públicas que promovam maior justiça social, tendo em vista a superação das desigualdades sociais decorrentes da origem de classe e outras que vão sendo produzidas nas instituições socializadoras, nos campos sociais e nos processos de formação e de inserção e atuação profissional. A experiência do IFG evidenciou avanços, limites e perspectivas importantes para a redução de desigualdades e inclusão social das classes trabalhadoras. A situação social e as aspirações da juventude das camadas mais baixas da sociedade brasileira estão conectadas com a situação de crise no Brasil, especialmente na última década, e as respostas em termos de políticas públicas de formação, cultura, lazer, emprego e renda precisam levar em conta as desigualdades sociais, assim como as condições efetivas de ampliação do capital cultural.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/article/view/7441>. Acesso em: 14 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2018. 171p.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. **As categorias do juízo professoral**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FRASER, Nancy. La justicia social em la era de la política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. **Revista de Trabajo**, Buenos Aires, v. 4, n. 6, p. 83- 99, ago./set. 2008. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/2009n06_revistadetrabajo.pdf. Acesso em: 3 jun. 2021.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por Triangulação de Métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul. 2014. ISSN 2237-1753. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em: 12 abr. 2023.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 27 jul. 2022.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 4. ed., rev. e aum. São Paulo: Intermeios, 2015.

RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em Seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias 8 e 9 de maio de 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso: 23 ago. 2018.

SENKEVICS, Adriano Souza. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado; Ações Afirmativas; Educação Superior; Desigualdades; Justiça Social.